

Notas de uma intervenção: partilhando desafios e possibilidades de uma experimentação clínico-institucional

Notes of an intervention: sharing challenges and possibilities of a clinical-institutional trial

Janaina Madeira Brito; Janaína Mariano César; Lidiane Leite Vasconcelos; Sonia Pinto de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO:

O presente artigo traz o relato de uma intervenção clínico-institucional em uma fábrica, cuja encomenda é disparada por um acidente de trabalho com consequência letal para um dos trabalhadores. O acidente, acontecimento-analisador, problematiza os modos de organização do trabalho e os processos de gestão em suas relações com o cotidiano laboral. Partilham-se ainda processos experimentados pelas psicólogas na tensão entre o trabalho de constituição coletiva de um plano de análise e cuidado, e solicitações à assunção de um mandato social que tenderia a reduzir o acontecimento ao aspecto da perda do colega e da elaboração do luto consequente. Evidencia-se a potencialidade dos analisadores, naturais e construídos. Ferramentas do campo da Análise Institucional francesa, bem como da Clínica da Atividade contribuem na produção de um campo de análise antes, durante e após a intervenção. Pelo dispositivo-grupal, envolve-se cento e sessenta e oito trabalhadores em uma aliança aos processos de análise que perspectivam novos modos de trabalhar e reconfiguram corpos, afetos em uma realidade de insegurança e risco.

Palavras-chave: trabalho; acidente; intervenção clínico-institucional

ABSTRACT:

This article presents the report of a clinical-institutional intervention in a factory, where the order is triggered by a work accident with lethal consequence for one of the workers. The accident, event -analyzer, discusses ways of organizing work, and the management processes in their relations with the daily work. Moreover, sharing processes are experienced by psychologists in the tension between the work of formation of a collective analysis plan and care, and also the requests to the assumption of a social mandate, which would tend to reduce the event to the aspect of the loss of the colleague and the resulting grief process. This study highlights the potential analyzers, both natural and the built ones. Tools of the French field on Institutional Analysis and the Clinic of Activity contribute to produce a field of analysis before, during and after the intervention. Through the device-group, one hundred sixty-eight workers are involved in alliance with the process analysis that prospects new ways of working and reconfigures bodies and affections into a reality tensioned by insecurity and risk.

Key-words: work; accident; clinical-institutional intervention.

O presente texto consiste nos desdobramentos de uma intervenção, realizada durante os dois primeiros meses do ano de 2011, em uma empresa de grande porte situada em Vitória-ES/Brasil. Na ocasião, recebemos uma encomenda pontual da gerência de Recursos Humanos da referida empresa. A encomenda foi realizada a partir de um acidente de trabalho com consequência letal para um dos operários do turno que, juntamente aos seus três outros parceiros, manuseava uma gigantesca máquina, responsável pela principal atividade da fábrica.

Já nas primeiras conversas com os trabalhadores, testemunháramos como as características dos equipamentos e procedimentos adotados geravam efeitos de grandes proporções no trabalho, compondo, inclusive, o cenário *stricto* criado pelo acidente considerado raro na história da empresa. Vemos como o intensificado ritmo produtivo e tantas outras contingências se enredavam no mundo do trabalho. No emaranhado que se anuncia nos encontraríamos tão logo com atravessamentos dos processos de trabalho na contemporaneidade, em suas produções de vidas-subjetividades.

Naquela madrugada de janeiro, um momento é marcado por uma explosão assustadora e que surpreende com radicalidade o jovem, que por méritos adquiridos na carreira, qualificava-se para operar a máquina signo do destemor e da força. O gesto corriqueiro de falar pouco da incomum e desafiadora máquina e, por tabela, a produção de silêncio em torno do procedimento minucioso exigido por ela alude a características desse pesado turno de trabalho, fato que, em contrapartida, parece invisibilizar aspectos de risco dessa tarefa, que torna possível naturalizar sua realização.

A partir do susto, pela experiência de dor e muito sofrimento, um psicólogo é, então, procurado. Este não pertence ao quadro de funcionários da empresa, tampouco possui relações prévias com o estabelecimento. Por indicação chega-se a ele, perspectivando, inicialmente, auxílio terapêutico a um grupo mais restrito de trabalhadores diretamente envolvidos no acidente. É solicitado na “naturalidade” daquilo que já conhecemos perpassar a história da Psicologia, ou seja, encarnando um mandato social, comprometido com o cuidado dos efeitos de situações traumáticas e com a construção de alguma “normalidade”, facilitando a volta ao trabalho após episódio acidental na vida humana. Dito de outra forma, a encomenda,¹ realizada pelo “staff-cliente” (LOURAU, 1995), definia e demarcava de saída esse mandato.

A encomenda, a princípio, trazia em seu contorno o acompanhamento de um pequeno número de trabalhadores, considerados aqueles “mais mobilizados” pelos efeitos de terem estado no local do acidente e prestado socorro ao colega vitimado. No entanto, os primeiros encontros com estes, em grupo, visibilizaria o grande alcance da experiência do acidente e seus efeitos na vida da fábrica em geral, afirmando a importância da participação e inclusão de outros atores no trabalho em questão. Desse modo, os primeiros encontros assinalam uma inflexão na encomenda, ampliando não somente a participação e inclusão de outros sujeitos, como apontando elementos importantes de análise da atividade de trabalho em jogo.

Naquele momento, portanto, se colocaria como possibilidade não só acolher a “aflição” expressada pelo setor de Recursos Humanos com a encomenda, como, junto com este setor, ir ampliando os caminhos da intervenção na inclusão de outros trabalhadores. Para além das expectativas iniciais que sobre nós recaíam se evidenciavam possibilidades de construir uma modalidade de cuidado com os acontecimentos experimentados pelo coletivo de trabalhadores, emergidos e intensificados, entre outras coisas, pelo medo do retorno ao trabalho - afeto que emerge com a proximidade da morte no ambiente da fábrica.

Mas do que se tratava com a rápida mobilização, com um pedido de intervenção cerca de três dias após um acidente? Que atravessamentos podemos encontrar compondo esta encomenda e, ainda, a que tipo de alianças a autorização de significativos recursos financeiros nos conectaria?

Essas e outras questões vão surgindo e se agenciam na construção de nosso trabalho. Perguntamos sobre quais potencialidades de análise e de cuidado experimentaríamos neste difícil momento na fábrica.

Traços de um caminho possível:²a construção de uma intervenção clínico-institucional

Ainda que não se constituísse objeto de pactuação ou tema de planejamento do trabalho das psicólogas-consultoras, uma perspectiva de “intervenção clínico-institucional” se apresentava para nós. Isso, muito em função das trajetórias de formação que, por composições distintas, possibilitavam a aproximação com este modo e concepção de trabalho.

Dizemos modo porque menos atentas à dimensão de uma conformidade técnico-teórica. O que se anuncia, nos parece, é mais a potência de um modo interventivo que se

construirá como potência também em situação de trabalho. Construção de trabalho, que se faz na radical possibilidade de tomar uma situação concreta como disparadora de um processo clínico aberto, sem garantias lineares de “resolutividade” e “eficiência interventiva”. Estas últimas, todavia, podem constituir-se no tempo até como nomes-possibilidades, que se configuram naquilo que *a posteriori* poderemos visibilizar do próprio trabalho feito, quer dizer, a partir do encontro com os orientadores éticos e políticos adotados em cada momento, situação, impasse vivido.

Dito isso, podemos assentar o que hoje experimentamos conhecer com o esforço desta escrita: não é propriamente o que foi formalizado, ou mesmo realizado a contento com a intervenção em um ambiente fabril. Diferentemente, as franjas que ora acompanhamos desta experiência se apresentarão em cada fio que se tece e se aprende com o processo. De certa maneira, estamos ainda atentas àquilo que o reencontro com a experiência de trabalho produz de efeitos em nós e, claro, de efetivações no próprio plano de análise produzido. Em alguma medida, estamos, com a re-escrita desta história, apostando no gesto “transformar para conhecer” (PASSOS; BARROS, 2012), significativo aforismo da Análise Institucional francesa, que sempre nos ensina e nos recoloca na espreita de trabalhar com os efeitos das experiências, depurando delas os muitos sentidos de uma intervenção certamente meticulosa e cheia de tensionamentos.

Contudo, quando afirmamos esse nosso fazer como uma intervenção, é porque vem ao encontro do cotidiano de trabalho nesta fábrica, em suas atividades, em suas funções e pragmática, podendo aí interferir e sofrer interferências. Trata-se de um processo que é interventivo, pois se faz por meio de um movimento provocativo, constituído de cortes, recortes e costuras nos discursos, fazeres, hábitos. Processo vivido nos encontros que, com sua condição de provocação de análises, de rupturas, decomposições e novas composições, são o que co-substancializa o processo interventivo, permitindo e afirmando que a vida seja afirmada na sua processualidade.

No trabalho, desde o contato inicial com a encomenda, consistiu um desafio reiterado para nós aproveitar cada encontro, cada reunião, bem como os relatórios parciais contratados, as conversas de repactuação de agenda, como instrumentais que nos possibilitavam o exercício disto que estamos chamando de potencialidade interventiva. Potencialidade que, em nosso entendimento, se aloca menos naquilo que estamos em via de inferir, concluir ou avaliar, e mais no que conseguimos fazer ou

catalisar e que coemerja no próprio plano do cuidado, que também se produz em uma construção partilhada.

Nesse sentido, estar como *analista* em uma intervenção, seja tomado na denominação de clínico, institucional ou do trabalho, se faz menos vinculado ao que se coloca como centralidade de um processo (analista de uma organização) ou polaridade de uma relação (analista e analisado), e mais vinculado ao que se pode contribuir para fazer conectar-se e produzir de novidade e surpresa, com as forças que já se apresentam, mas que nem sempre se fazem visíveis e audíveis nos coletivos - contribuição que se dá em uma rede ampla de afetabilidade e produções.

O analista então, comumente marcado neste tipo de encomenda instituída pelas questões do encargo, da função e de seus limites e possibilidades, é convocado a ocupar a centralidade do processo de análise, produzindo-o e dirigindo-o. No entanto, é a centralidade do lugar de analista que é torcida, sendo entendida, no entanto, como um entre tantos lugares de um campo empírico multivetorializado (LOURAU, 1995). Campo interventivo onde são os analisadores e não propriamente os analistas que afirmam a direção de análise do processo, dando visibilidade, de fato, aos problemas pertinentes a serem trabalhados de forma coletiva e à multiplicidade de experiências e relações existentes.

Nesse veio, podemos até antever que os analistas tenham funções diferenciadas em um determinado processo clínico-social, mas isso não significa que este seja necessariamente a personificação ou o veículo da reprodução de hierarquizações e especialismos - experimentações estas (como já sabemos) tão tensionadas em nossas próprias experiências.

Notamos, por isso mesmo, o trabalho de análise como um trabalho melindroso. Nenhum de nós está isento de experimentar forças centralizadoras, tampouco estamos na reserva de apenas conseguirmos produzir potências na forma de co-participações e autonomias. Com a função de analistas, vivenciamos os múltiplos atravessamentos do campo empírico, ou seja, a fábrica. É nos paradoxos da própria experiência de análise e modulação da encomenda que o eixo interventivo ganha forma.

Constituir um plano de análise interessante para, e com aquele coletivo, de certa forma, era poder se posicionar nesta agonística sustentando o desafio de uma clínica tomada como estratégia. Oportunidade esta, não de alimentar um antagonismo

excludente (patronato ou operários), onde nos situaríamos de um lado ou de outro, mas de experimentarmos uma composição com os inúmeros processos construtivos.

A agonística, contribuição foucaultiana a partir da noção de poder (FOUCAULT, 2006), permite, no caráter móvel e processual das relações de forças, não substancializar ou essencializar modos de pensamento e ação que atravessam e compõem o plano interventivo como bem/mal, quem detém ou não o poder, quem analisa e quem é analisado. Sua análise se faz, porém, a partir dos efeitos entre processos de sujeição e de liberdade, de fechamento e abertura. É nessa tensão, permanente e produtiva, não marcada pela oposição entre polos ou termos, entre sujeitos ou instâncias, mas pelas lutas entre forças no viver-trabalhar, onde, inclusive os sujeitos se constituem, que a intervenção incide.

Trata-se, por isso, de um desafio cauteloso com o ínfimo, de modo a ampliar o grau de encontro do trabalhador com seu fazer; com a organização e análise de seu trabalho; com a oportunidade de poder pensar a vida e de viver de modos interessantes suas modificações.

Encontros que, como estamos indicando, vão se fazendo em uma história interventiva na medida em que torna possível experimentarmos momentos de revisão das práticas instituídas, alimentando algum grau de atenção aos movimentos de institucionalização que se processam (RODRIGUES, 2004). Não negligenciamos o fato de que toda ação pode sempre sofrer efeito de transformações, as nossas, a de quem nos contrata, as ações que pactuamos na processualidade das experiências.

Tal assertiva é o que parece nos remeter ao jogo de destrezas que precisamos construir em uma intervenção clínico-institucional, sobretudo em ambiente empresarial, onde as verticalidades estão sempre tão densas. Essas modulações remetem-nos a outro plano que atravessa as intervenções, a saber, o da engenhosidade constitutiva do trabalho humano, aquele que toca a atividade desses operários, bem como atravessa o trabalho de análise, que como trabalhadoras ali também sustentamos; do trabalho desses operários que, surpreendidos, se encontram conosco. Cotidianamente, essas atividades de trabalho podem se constituir como dispositivos na direção clínico-interventiva, a fim de revisitar as posturas, os modos de vida e saberes nelas investidos.

O cotidiano de trabalho, em sua imprevisibilidade, rupturas e dismantelamentos, mostra-se potente em apresentar e enunciar novos arranjos, diferentes significações e experimentações laborativas na vida dentro e fora do ambiente de trabalho. E se tais

processos de invenção do viver ao trabalhar podem restar naturalizados no próprio cotidiano, ocasionalmente, em uma intervenção e com os dispositivos construídos, criam-se condições que se aquecem neste sentido.

Nesse ponto, vemos se atravessar e aliançar processos de trabalho e processos de análise, quando, nessa experiência na fábrica, uns com os outros, encontramos-nos mergulhados não somente na análise de um trabalho, mas no trabalho de análise, caducando a separação entre quem trabalha e quem analisa. Dito de outra maneira, nossas intervenções se constituem como uma entre outras condições que devem favorecer processos engenhosos de modificação das práticas, intervenções que possibilitem “fazer esse mergulho no plano implicacional em que as posições de quem conhece e do que é conhecido, de quem analisa e do que é analisado se dissolvem na dinâmica de propagação das forças instituintes características dos processos de institucionalização” (PASSOS; BENEVIDES, 2012: 26).

Barros (2004; 2001) acentua esta engenhosidade do trabalhador em reconstruir “o estado de coisas” pelas forças inerentes aos processos de trabalho. Afirmamos um mundo do trabalho como um mundo partilhado, necessariamente coletivo e sempre prestes a se beneficiar da potência de criação e cooperação humanas. Nesse sentido, notamos que nossa ação nesta fábrica se agencia com os encontros constituidores de realidade, com a construção de dispositivos interventivos provisórios e com a premissa de que a atividade humana no trabalho se modula. Isso é o que nos permite sustentar, diante das muitas coisas que podemos ouvir e fazer circular, que o trabalho nunca é apenas execução de tarefas.

Pelo nível implicacional, fazemos passar a atividade de trabalho, aquela que produzimos, a que configura adoecimentos, por onde sintomatizamos, construindo diferenciados sentidos para nós e nossas múltiplas relações no mundo. O mundo se atualiza na atividade humana do trabalho! Nela, uma gama de processos cognitivos, afetivos, técnico-políticos convergem e se confrontam. A atividade é criada, ao passo que cria tantas outras coisas para o trabalhador, tendo lugar em um contexto, ao mesmo tempo em que produz o contexto de sua existência (CLOT, 2010). É com essa possibilidade intrínseca de invenção³ e de novas composições para a vida laborativa que traçamos os caminhos interventivos, reafirmando exatamente esta dimensão da vida nas forças da mutabilidade.

Assim, junto à experimentação de fatalidades, expressivas desmobilizações e tristezas, fazemos, em ato, atualizar um mote ético que sustenta a perspectiva de uma *poiesis* para a vida desses trabalhadores em experiência de constrangimento e dor. Experiência que se enuncia na indignação e na insatisfação, expressões que não deixam de afirmar caminhos sinuosos de vida, de atividade humana, de mundos do trabalho, possuidores de uma capacidade de se criarem ativamente. O sujeito humano pode sempre modificar sua conexão com o mundo constituindo múltiplas facetas - eis uma potencialidade para nossas intervenções clínico-institucionais (PASSOS, 2008).

Portanto, se a atividade no trabalho se refaz, se ela se reposiciona, as afetações, as emoções, as problemáticas também nisto se modulam. As diferenciadas paisagens da vida do trabalhador, que o compõem, contribuem para, na rede de mútua-afetação, criar ladrilhos que assentem novos arranjos significativos. Nas intervenções, nosso trabalho é acolher tais paisagens. Com uma disponibilidade que se faz como gesto dos analistas, o processo interventivo acolhe modulando as diferentes problemáticas e formas de interpretar o mundo vivido. Experimentações de mundo ganham visibilidade. Estranhamentos e desconstruções se dão. Novos arranjos se indicam como possíveis. Sustentamos assim a intervenção clínica no espaço laboral, afirmando a vitalidade e a potência criadora da existência, a partir, exatamente, daquilo que permitimos que ganhe enunciação, em uma atitude (também nossa) de não silenciamento (BENDASSOLI; SOBOL, 2011).

Os trabalhadores podem sempre construir saídas frente ao que faz sofrer e desvitaliza. O que desvitaliza é o que se apresenta na pele da imobilidade, amputação de sentidos novos para essa vida laborativa (CLOT, 2011). Em intervenções como esta, cabe acolher o trabalhador que não conseguia mais dormir após a ocorrência do acidente; a gerente que se via pressionada com a cartela de suas atribuições; acolhe-se e faz conectar com os medos e inseguranças, a fala de um sindicalista que via no acidente a oportunidade de reconstruir a luta pelos direitos dos trabalhadores. A força restituidora, motriz de outras realidades, se evidencia nas enunciações da insônia, da sobrecarga de tarefas, do medo de retorno às atividades no turno. São conexões que pedem expressão e força em um coletivo de histórias, partilhamento de dificuldades e esperanças. Nosso trabalho pode se agenciar aí com composições de uma rede de afetações no trabalho e que se anuncia, no uso dele.

Dispositivos grupais: impasses e potencialidades analíticas

Gostaríamos, ainda neste texto, de afirmar a experimentação de uma clínica atualizada na medida em que se modula a angústia sentida e anunciada como individual (pelos sofrimentos nos corpos-vidas e pela inibição da atividade laborativa pós-acidente) em direção a um plano de produção de análise coletiva dos processos de trabalho. Clínica-suporte como espaço de diálogo e cuidado das relações na fábrica.

Acreditamos na possibilidade de sustentar, com os trabalhadores, algumas condições específicas para habitar esse lugar “entre” a dor do luto (vivido sobretudo como perda de sentido) e a produção coletiva de outras estratégias de vida-trabalho mais potentes (novas ações-sentidos). Era preciso, de fato, produzir um terreno novo para a expressão das experiências próximas aos acontecimentos do acidente vivido, aberto aos muitos outros atravessamentos que co-emergiriam com tais expressividades.

Uma intervenção clínico-institucional apostando e se operando por meios de dispositivos⁴ grupais é o que se processa. Sabemos que a experimentação de grupos é frequentemente encontrada na história do Movimento Institucionalista (RODRIGUES, 2004). Para nós, essa potencialidade no enquadre interventivo forja-se exatamente na dimensão dos grupos como dispositivos, ou seja, como “analisadores construídos” (LOURAU, 1995). Uma tentativa de promover movimentos intensivos de desmontagem, tanto das verticalidades, hierarquias e especialismos que os atravessam, quanto de horizontalidades, corporativismos e grupamentos pré-definidos que os habitam.

Tomar o grupo como dispositivo de análise, acolhendo trabalhadores de diferentes funções e lideranças mais imediatas, permitia à intervenção repensar e fissurar a encomenda que perspectivava tratar dos efeitos do acidente de forma individualizante, sem nexos com as operações coletivas do trabalho. Acertando, tratando e recuperando as lentes com que cada um se enxerga e enxerga a fábrica pensaria tornar-se possível restaurar os modos de atividade desestabilizados. Esse olhar anula, no entanto, as múltiplas relações que fazem o trabalho e que habitam a experiência do acidente. A força do acontecimento experimentado não seria o de temporariamente atrapalhar o *modus operandi* dos trabalhadores, o que solicitaria recuperação, mas de efetivamente perturbar modos de vida instituídos, forçando transformação.

Intentava-se, pois, produzir e analisar junto com os trabalhadores as demandas que, de fato, os tocavam a partir das problematizações com o acidente, tornando-as

interessantes e potentes ao trabalho, a partir do movimento produzido *nos e com* os grupos.

Para tanto, a aposta grupal caminha no sentido de acolher os sofrimentos e indignações como experiências trazidas pelos trabalhadores e vividas de modo diferente por cada um deles, mas de forma a movimentar análises a partir de uma curvatura, em um plano mais amplo, ali onde uma intervenção pode se fazer, um plano transversal (GUATTARI, 1981), nos múltiplos atravessamentos que também são modos de constituir a vida e nela o trabalho. Compõem, por exemplo, atravessando esta paisagem interventiva formada com os grupos, os controversos encontros com o RH; o trabalho continuado com a encomenda nos diferentes momentos; a movimentação que trabalhadores e alta gerência produziram diante dos impactos na produção; também as lógicas familiares que se dão com a ocupação de cargos, funções, movimentando a carreira na empresa. Não deixam de constituir atravessamentos as problematizações em torno da execução das tarefas vinculadas a algumas funções, dos riscos no trabalho no enquadre e projeto gerencial.

Constituímos nesse processo cerca de onze grupos, com quinze a dezesseis pessoas em cada um. Nestes incluíam-se trabalhadores de diferentes áreas e níveis funcionais, que teriam participado direta ou indiretamente da cena do acidente, do processo de socorro ao trabalhador ferido e da reordenação da rotina naquele turno. Com cada grupo houve entre 2 e 4 encontros. Cada grupo foi acompanhado por duas psicólogas, que se intercambiavam nos encontros com os trabalhadores, circulando nas diferentes possibilidades de manejo dos grupos.

Participaram diretamente do trabalho realizado cerca de cento e sessenta e oito trabalhadores. Em relação à inicial encomenda recebida, que incluía cinquenta e oito trabalhadores diagnosticados pela empresa como os “mais afetados”, reunidos cerca de cinco dias pós-acidente, o que se dera não fora apenas um aumento quantitativo de sujeitos. Em si tal aumento pode não traduzir efetivamente substanciais modificações. Porém, quando analisamos a modulação a partir do princípio da participação e inclusão, podemos afirmar que a inflexão na encomenda, acolhendo outros trabalhadores que indiretamente experimentam os acontecimentos, auxilia a afirmar que a fratura na rotina fabril e seus desdobramentos diria respeito a todos envolvidos nesses processos.

No encontro, o cuidado conjunto do sofrimento de perda do colega de trabalho, a experimentação do (cada vez mais raro) diálogo e o compartilhamento empírico daquele

momento, permitiam que algumas questões relativas aos sofrimentos pudessem ser elaboradas. Medos, preocupações e indignações ganham espaço, fomentando, inclusive, a visibilidade de novas ações importantes, a serem movimentadas no arranjo com esses afetos.

A abertura forçada, o rasgo que o acidente realizara na temporalidade do cotidiano da fábrica, dispararia a culpabilização, os sentimentos de impotência e tristezas vivenciados por muitos. Aqueles que não puderam auxiliar no socorro ou que ainda naquele momento não sabiam ao certo como ajudar, ou o que fazer, mostram a força da imprevisibilidade na experiência de um acidente deste porte. Expressões de todo o tipo se esforçam para ganhar espaço naquele momento: “Quando carreguei ele no colo, eu não consegui, e aí tive que chamar outro prá continuar”; “Quando tudo começou a cair, eu só pensei em fugir, sempre tem aqueles mais corajosos, que foram lá ajudar”.

Não saber o que fazer, o não-saber no encontro com a morte, são efeitos de uma experiência humana de finitude, conclusão radicalmente importante, mas delicada para quem experimenta o risco intenso e, ao mesmo tempo, vê colocada a problemática não apenas de salvar-se, mas da disponibilidade de socorrer o outro.

Incômodos com o não saber, na partilha gradativamente possível com a experimentação dos grupos, possibilitam em outra direção, encontros de superação. Vimos aqueles que já haviam encontrado alguns recursos ampliando as possibilidades dos colegas que estavam mais impactados, em um processo que o próprio lastro de experiências e relações naquele coletivo de trabalho permitia. Ao mesmo tempo, pressões de diferentes tipos são sofridas na relação com a “alta” diretoria da empresa. Enuncia-se um medo de “revolta” e da “mobilização” desses trabalhadores, temor que conecta e novamente atualiza o encontro sempre problemático na encomenda da intervenção. Nesta confluência, o RH reunia apreensões, tanto dos trabalhadores quanto da “alta” gerência e, ao mesmo tempo, dividia-se nestas posições, produzindo cuidado e também inventariando culpados e vítimas, na “urgência” de fazer voltar os trabalhadores à rotina “normal”.

Outras gerências, diante dos impactos do acidente no cotidiano de suas gestões, também se mostram tensionadas entre cuidar e indicar falhas, entre cuidar e punir. Estes movimentos também nos alcançam, se encorpando numa intensa e insidiosa desconfiança: “O que vocês estão fazendo?”; “Ouvimos falar do que foi dito no grupo”.

Encontrávamo-nos desafiadas a acolher a desconfiança, suportá-la, em sua não desqualificação, pois dizia dos modos de relação da empresa que ali se atualizavam.

O que se move nos grupos é o que permeia a produção da fábrica. Por isso, os primeiros encontros apontariam a importância da inclusão das gerências, lideranças imediatas, no processo de intervenção. Havia uma aposta em produzir análises mais amplas a partir do “acidente de trabalho”, que a esta altura indicava-se como um acontecimento-analisador de pulverizadas questões. Além da inclusão das lideranças no processo, que desabilitava o acidente como questão pertinente apenas aos trabalhadores mais diretamente envolvidos, tentava-se provocar, através dos relatórios-textos fabricados ao longo da intervenção e extraídos da força dos encontros grupais, uma ampliação do grau de diálogo entre as instâncias. As análises, cada vez mais, indicariam a importância de se imprimir uma avaliação das políticas construídas *no e para* o trabalho na fábrica.

A ruptura produzida pelo acidente fez perguntar e incomodar. Fazia desmanchar expectativas e tremer as relações instituídas no trabalho naquele coletivo de trabalhadores. Por ter-se feito como acontecimento, catalisador de novos processos, a tragédia impensada de uma madrugada permitiu que aspectos da organização do trabalho, dos processos de gestão e vida se tornassem pauta atual de discussão, de todos. Por isso podemos dizer que sua força mobilizadora também o afirma como um analisador. O acidental traz novas questões ao diálogo, diferenciadas experimentações no mundo do trabalho, convoca novos corpos/ações com o trabalho na fábrica.

“Acidente de Trabalho”: uma fatalidade, um analisador.

Trabalhar com os analisadores, em uma intervenção de modo institucionalista, aponta para o conceito de instituição. As relações sociais se constituem historicamente em instituições (LOURAU, 1995; ALTOÉ, 2004). Estas se instrumentam nas organizações, nas técnicas, nas práticas cotidianas, onde, muitas vezes, sofrem e atualizam naturalizações e reproduções, bem como experimentam processos instituintes, ou seja, de corte, modulação, ruptura e transformação de sentidos e práticas humanas naturalizadas.

No processo interventivo compartilhado neste texto, instituições como segurança, hierarquia, especialismo, operariam intensamente. Neste sentido, tornou-se importante em nosso trabalho construir, fomentar, provocar alguns analisadores, que,

como tais, pudessem dar visibilidade a essas instituições, que atravessavam o espaço social da fábrica, desmistificando, assim, verdades a-temporais e convidando para a abertura à análise e reconstrução da experiência de trabalho e vida daqueles trabalhadores.

Afirmamos a experiência com os grupos funcionando a partir de analisadores artificiais, inventados, mas cujo ensejo residia na força que o “acidente de trabalho” congregaria como um “analisador histórico”. Seu caráter inesperado, a velocidade com que varre a fábrica, a forma como provoca desorganizações, e a abertura que anuncia nas instituições ali naturalizadas, tudo isso, movimenta o processo interventivo de maneira nada linear. Um analisador constitui-se, para isso, como acontecimento intensivo, que condensa forças dispersas: a relação com a morte, com os sentidos do trabalho, as relações entre os trabalhadores, entre estes e as gerências, e destas com a própria intervenção em questão, tudo catalisando forças a serviço de um movimento de análise. O analisador provoca a análise e compõe conosco, a paisagem interventiva. “Daremos o nome de analisador [portanto] àquilo que permite revelar a estrutura da organização, provocá-la, forçá-la a falar” (LOURAU, 1995: 284).

É a contribuição de Lourau (1995), a nos auxiliar a acompanhar o que o acidente dispara. Constrangem-se os discursos uníssonos, bem colocados, que dizem a fábrica em sua unidade e segurança, em seu aspecto maternal e de bonança, convocando o dissenso sobre aspectos consolidados. É esse dissenso que mexe com o trabalho e os trabalhadores, podendo com eles produzir recursos novos à análise do trabalho. Os grupos, também dispositivos de análise, tornar-se-iam, deste modo, um campo empírico para atualizar as tensões vividas nos coletivos de trabalho, dando visibilidade a um conjunto articulado de instituições e modos de organização do trabalho presentes na empresa.

Neste processo, forçariam a análise, por exemplo, da política de segurança, das relações (in)comunicativas entre os diferentes setores ou da qualidade das relações comunicativas (hierárquicas, de não efetivo diálogo) e, mais precisamente, das realizações e irrealizações da atividade.

Das muitas linhas de análise disparadas pelo acidente-analisador, duas ao menos ganharão aqui algum acompanhamento. Gostaríamos de trazê-las pela força de reverberação que assumem, pelo condensamento e articulação que tiveram entre nós,

nos grupos, entre estes e as lideranças, alcançando, inclusive, as altas gerências. São elas: a política de segurança e os processos de gestão.

a) Política de segurança

Os trabalhadores indicam, de muitas formas: “o acidente apontou o fracasso das medidas de segurança” e, neste sentido, trazia uma desestabilização não somente em relação ao aspecto produtivo da fábrica (em exigência de ritmos e cotas produtivas), mas nas demais relações de trabalho.

O acidente era uma “tragédia anunciada”. Como a análise se efetua no analisador e através dele, não é incompreensível a experiência de ressentimento e indignação que se fazia em contágio, convocando e inflamando a análise da política de segurança, afirmando também que nenhuma providência era tomada quando dos relatos na “ferramenta de gestão” conhecida como RASI (Relato de Acidentes e Situações Inseguras). Há tempo a relação com fazer ou não a RASI, o modo como preenchê-la e seus desdobramentos eram motivos de inquietação entre os trabalhadores que enunciavam a necessidade de medidas preventivas no âmbito estrutural da fábrica.

Mas, seria a segurança uma questão apenas de implantação de medidas? Esta questão, catalisada pelo acidente, ainda que não formulada exatamente deste modo, comparecia fazendo vacilar certezas de resolutividade da séria situação segurança-risco. Tratar-se-ia somente do conserto e melhora das condições físico-estruturais diretamente envolvidas no evento-acidente?

Os encontros apontam também para a assunção de outras medidas preventivas. Os trabalhadores envolvidos diretamente no acidente, e que compunham a equipe na madrugada, punham-se a repetir “poderia ter sido com qualquer um”; “é muito apertado” [referindo-se ao espaço físico por onde passava o gigante equipamento]. Apontavam o perigoso risco das condições em que se realizava a atividade. Recorria-se constantemente às medidas de segurança, solicitando o reforço de outras estratégias como a retomada e a realização com maior frequência do “cine-segurança” [espaço coletivo de discussão do processo de segurança no trabalho], de treinamentos para primeiros socorros, etc.

A discussão apontava para uma burocratização dessas medidas, especialmente no que toca o próprio instrumento-RASI. No seu tema, conectam-se as relações dos trabalhadores com o instrumento, naquilo em que se problematiza também a relação

com as gerências, muitas vezes condescendentes com seu uso culpabilizante. A análise que vai se processando incide na relação com os usos e efeitos da RASI. Tornara-se um instrumento de denúncia, incentivado pela empresa, não apenas de situações de risco, mas de “comportamentos inseguros”, o que produzia, fortemente, dúvidas sobre a conduta do outro, dos colegas de trabalho, alimentando uma despontencialização dos coletivos de trabalho. Com seu uso, geravam-se intrigas, ameaças e delações entre os trabalhadores. Atrelando-se a expectativas financeiras, premiavam-se aqueles que efetuavam registros em RASI, associados ainda ao alcance de metas profissionais anuais. Para aqueles delatados em situação, restava a insegurança quanto à punição.

As medidas de segurança encontram um lugar necessariamente importante para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, os encontros e seus efeitos se dão menos no sentido estrito da prevenção e promoção de segurança no trabalho e mais na perspectiva de pensar as relações e a constituição deste processo de trabalho, incluindo a realização ou irrealização da atividade. Apontam para os modos de gestão, inclusive a gestão dos riscos, indicando os saberes produzidos com a vigilância e o controle como práticas de identificação do desvio, da falha, do punível.

A “segurança”, por isso, faz dizer... Seus sentidos, ainda que embaralhados, racham as “medidas” já adotadas abrindo discussões até então irrealizadas, que se delineariam para uma política. Política esta, que faz ver modos econômicos-familiares-relacionais de composição do cotidiano laboral. A questão complexifica-se. Os grupos funcionam para alguma inteligibilidade daqueles trabalhadores em tentar organizar, para si e com os outros, os motivos e condições geradoras do acidente.

Nesta busca, ganha espaço uma incômoda sensação (que ainda hoje, na escrita deste texto, nos move a pensar): o que o acidente traz como insegurança, medo, dificuldade radical do retorno ao trabalho, trata-se de uma insegurança explicitada aparentemente como recente. O espaço de trabalho antes parecia seguro. Naquilo que o acidente explode, muitos dos trabalhadores se surpreendem e se perguntam: como poderíamos ter nos familiarizado com o perigo? Como perderam o medo daquela máquina de grandíssimo porte? Um dos trabalhadores lembra: “a segurança aqui era poder arriscar-se”; outro complementa em alguma tentativa “o costume com o trabalho faz perder aquele medo”. Tocava-se em pontos esquecidos ou naturalizados, inclusive o risco. O enquadre interventivo agora solicita um olhar largo para as composições que

cada trabalhador cultiva com o trabalho, os usos que se faz de si nos encontros com as adversidades e inviabilidades de suas tarefas.

O “sentir-se à vontade” no trabalhar aparece, em tom de censura, esburacando o que antes se experimentava como segurança. Surgem dúvidas quanto aos modos como estiveram em anos construindo o próprio cotidiano laboral, e há aí importante paradoxo: nesta atividade, a potência vivida como possibilidade de enfrentamento de novas situações e como construção por parte de cada um de uma margem de segurança ou tolerância para enfrentar e superar as infidelidades⁵ do meio (CANGUILHEM, 2002) é também abertura ao risco (CAPONI, 2003). Segurança para arriscar-se e, deste modo, fazer do trabalho potencialidade de construção de um modo de existência. Já indicamos como a função relacionada à pilotagem da gigantesca máquina, envolvida diretamente com a cena do acidente, estava ligada ao destemor e a força. Este modo de experimentar a segurança, que comporta o risco, é o que faz o trabalho ser possível. É o que possibilita que os trabalhadores desenvolvam com as suas atribuições uma relação de autonomia.

“A segurança aqui era poder arriscar-se”. Sentir-se seguro e tranquilo quanto ao que se realiza sinaliza para uma história de apropriações, saberes e estratégias, que ainda que vividos por cada um, são construídos coletivamente em um meio que é também coletivo. Paradoxalmente, sentir-se seguro e potente caminha junto com abrir-se a riscos inevitáveis, permitindo-se enfrentá-los, corrigi-los, ultrapassá-los. Isto é matéria de operações da vida e do próprio trabalho.

Assim, o encontro com a tarefa e com a máquina tem muitas e complexas facetas. Quando a relação construída com o risco beira o fracasso, ou traz a sensação de uma ingenuidade insuspeitada, o efeito é despotencialização, desapropriação e desqualificação, de onde, exatamente, pode-se respirar e experimentar um movimento de liberdade. Por isso, quando a análise do acidente era vivida como resultado de uma infração às medidas de segurança, ou de não tê-las observado, funcionando como “erro”, “culpa” ou “falha” de alguns trabalhadores, era novo o sofrimento e violência que se produziam. Na redução da complexidade da experiência desse labor, os trabalhadores experimentam-se apartados de sua potência.

O trato com o risco, todavia, nos articula aos processos que constituem o viver. Não se trata de exaltá-los, ou de lidar com a vida e o trabalho imprudentemente; eis um contínuo desafio: “exige poder diferenciar quais são os riscos que podem e devem ser

evitados e quais são inerentes à existência humana” (CAPONI, 2003: 72). Nossa atenção a este ponto se dá para além de uma perspectiva de vigilância, e indica ser esse o desafio de pensar as políticas de segurança.

Na oportunidade deste texto, retomando esta experiência de intervenção, parecemos que esses desafios se entrelaçam nesta fábrica à recuperação da capacidade de se colocar a serviço dos processos de transformação e mudança, de fazer com estes processos, aliança cuidadosa e necessária à sustentação do próprio trabalho. Isto aponta necessariamente para a vivência coletiva do trabalho, para a construção processual e contínua de uma política de segurança, de reposicionamento nas durezas e naturalizações do ambiente laboral. Nas aproximações com esta linha de análise, outra, por fim, se anuncia, costurando-se ao tracejado analítico. Imiscuída à imposição de determinados procedimentos de segurança no cotidiano laboral, ao desencontro de informações e posturas, apontamos para a fragilidade da experiência de uma gestão coletiva do trabalho.

b) Processos de gestão

Durante o processo, encontramos-nos com o desamparo vivido pelos trabalhadores; não saber sobre o que poderia acontecer, ou o que estaria acontecendo na fábrica pós-acidente. Sensação de “quarto escuro”, definiam alguns. “Não passaram nada pra gente”, inquietavam-se outros; “liguei prá saber sobre o enterro, ele era meu colega, me disseram só que sairia uma nota na imprensa”. Inquietações também referentes a outros planos: “quando farão reformas?”; “vai haver demissões?”. O trato com os acontecimentos alimenta o “não saber”, compondo com a paisagem de uma experiência de vida-trabalho excludente e um mergulho em diferentes temores e inseguranças quanto ao futuro do trabalhador. Não se sabe como agir ou o que dizer na atualidade do que se passa, aspecto intensificado pela postura das gerências imediatas e do corpo diretivo da empresa, na não partilha.

Impunha-se mais um silêncio em meio a outros silenciamentos. A “desconfiança”, engrossando as linhas gestórias, recai fortemente na relação com as gerências mais próximas: “os líderes não vão participar?” (indagação sobre a finalidade-modalidade dos grupos). A não confiança em contágio entre os colegas, com experiências de delação de conversas nos grupos, também alcançam as psicólogas: “eu não confio em ninguém no primeiro encontro”; “com quem vocês estavam conversando

antes?”. Experiências que, ainda que direcionadas a uns, mais que a outros, faziam ver os movimentos relacionais constitutivos do trabalho, da fábrica e do dispositivo grupal. Questões pertinentes, portanto.

As lideranças não participariam dos encontros grupais? Não haviam sido incluídas? Não as havíamos incluído? Tocava-se assim nos processos de gestão, formulados e questionados nos princípios de participação, inclusão, co-responsabilização, comunicação e circulação.

Um esforço laborioso aí se intensifica: torcer, nos grupos, as encomendas prescritivas e acolher (a partir do cuidado que o luto e o encontro com a morte implicavam) as reverberações que tocavam as relações instituídas de modo geral nesta fábrica. Ensaiar, no espaço do grupo, essa experiência participativa tornava-se um necessário desafio.

Percebíamos, a cada encontro, a fragilidade e a precária inclusão do trabalhador no debate a respeito de muitos aspectos que, tanto direta quanto indiretamente, tocavam seu cotidiano. Produzir grupos analisaria, tão logo, a ausência de espaços de análise e discussão coletiva sobre a organização do trabalho em seus processos, procedimentos, tarefas, cartelas de trabalho e políticas.

Avolumava-se a não legitimação do outro como co-gestor dos processos de trabalho; sensação perniciosa, sentida por muitos trabalhadores como indicativa de que suas vidas não eram, de fato, importantes o bastante para a empresa: somos “só peões”, “peças de uma máquina”. Perniciosa, porque os colocava na posição de espera pelo olhar de reconhecimento do outro, posição, muitas vezes, de ressentimento e, notoriamente, de sujeição. Nota-se que estes são, exatamente, afetos operados a partir de uma gestão tendenciosamente hierarquizada e autoritária. A explosão do acidente, o encontro com profissionais (não funcionários da empresa) e os grupos forçam um caminho de construção de outros modos de gestão-subjetivação no trabalho.

A presença das lideranças mais diretas foi solicitada pelos trabalhadores ao longo de todo o processo interventivo; aposta na política inclusiva e dialógica, apesar da ausência, do esvaziamento e da desqualificação sistemática produzida por parte das lideranças. Para os trabalhadores, a ausência deste encontro (peão e líder) sinalizava fortemente o descomprometimento em relação às equipes e também o distanciamento cultivado nessa relação. Para nós, sinalizava ainda uma dissonância de entendimento, entre os propósitos que geraram a encomenda deste trabalho clínico-institucional e a

própria dificuldade de experimentar (no processo interventivo) uma nova posição, no caso dos líderes, pouco convocada e experimentada no cotidiano.

Os encontros grupais enunciavam os modos de gestão, quando se torna cada vez mais enfático o analisador: não participação das chefias no trabalho em curso.

Negocia-se então com a gerência de Recursos Humanos a possibilidade de construção de um trabalho com as hierarquias mais diretamente ligadas aos trabalhadores participantes, e três novos grupos são formados. No entanto, esses encontros esvaziavam-se, apontando certa indisponibilidade ao encontro, justificada por uma não necessidade de tratamento psicológico, consonante com a encomenda original.

A intervenção manejaria essa tensão, sempre presente, entre a encomenda inicial de reabilitação de sujeitos ao trabalho e demandas produzidas no entre-encontro, de análise dos modos de organização do trabalho, como tendo importante lugar nos processos de cuidado.

A não-participação dos líderes reforçava a exclusão dos trabalhadores em outros processos de gestão. A separatividade afirmaria a rigidez na hierarquização e a qualidade da gestão/comunicação. Barros (2001) nos aponta os processos de sofrimento no trabalho como advindos da perpetuação de modos de gestão que produzem uma não legitimação do trabalhador como co-gestor. De fato, um dos desafios nesta experiência de intervenção deu-se no encontro com tal direção gestonária, que nos alcançava, impondo, por vezes, limitações ao nosso trabalho. Foi com os grupos que nos aproximamos da potência dos processos de participação e inclusão, convocatórios de uma “política de gestão participativa”.

Nesta perspectiva, os trabalhadores produziram alguns encaminhamentos para a formulação de um documento a ser discutido com as gerências, ao final da intervenção. Reproduzimos essas diretrizes aqui: Reformulação das medidas de socorro; Presença de ambulância dentro da empresa e de profissional qualificado para atender casos graves; Aumento do número de simulações de acidente; Reformulação de instrumentos de segurança; Utilização de medidas de comunicação contínuas entre os níveis funcionais (operador-liderança-gerência); Resolução imediata das condições inseguras já registradas; Diminuição das pressões de tempo sobre as atividades de trabalho. Necessidade de valorização de espaços comuns com fins ao diálogo e à comunicação; Mudanças na política de segurança, a partir de uma ampla discussão; Avaliação das medidas sentidas pelos trabalhadores como punitivas e culpabilizantes.

O processo de trabalho com os grupos, bem como a visibilidade e construção em ato destes encaminhamentos citados culminam na formulação da premente necessidade de uma experiência formativa na direção de processos de gestão co-participativa. Teríamos aí uma demanda produzida na fábrica, jus ao movimento interventivo dos trabalhadores.

Breve consideração

Acolhemos como exercício a oportunidade de partilhar os processos experimentados na intervenção em questão. Dois anos após a entrada nesse cotidiano laboral, onde se experimentara a varredura de longo alcance de um acontecimento que possibilitara um encontro inteiramente imprevisto entre nós que ali chegávamos e os trabalhadores que ali se faziam, ainda é possível, e mesmo imperativo, pode-se dizê-lo, reativar as linhas dessa experiência.

Trata-se de tornar também a escrita superfície de um trabalho ainda necessário sobre o que pudemos juntos realizar naquela oportunidade, com as forças disponíveis, as dificuldades colocadas, na tensão que nos esforçava a um compromisso ético. Construir fios de inteligibilidade da intervenção que continua a reverberar no presente, audível, atual, que nos acompanha envidando outros trabalhos, convidando-nos a continuar pensando junto com os outros os mundos que temos construído, os modos como surgimos como sujeitos, os movimentos de liberdade a serem percorridos e cultivados.

O investimento na análise da experiência de intervenção nas linhas possíveis que com o leitor perfazemos e naquelas que ainda não conseguimos abrir e que talvez outros e diferenciados encontros ainda permitam sustentar é efeito da aposta no encontro que vivemos com aqueles que a ele se dispuseram, mas é também aposta viva no plano do coletivo, intempestivo, que nos socorre, permitindo-nos constantemente o trabalho de transformação de nós mesmos.

Referências

- ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARROS, M. E. B. A escola, as transformações dos mundos do trabalho e o trabalho docente. In: BORGES, L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAUJO, M. D. *Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações*. Vitória: ADUFES, 2001.

- BARROS, M. E. B.; ABDALLA, M. (Org.). *Mundo e sujeito: aspectos subjetivos da globalização*. São Paulo: Paulus, 2004.
- BEDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.) *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011.
- BERGSON, H. Da evolução da vida: mecanismo e finalidade. In: _____. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 1-106.
- BERGSON, H. O possível e o real. In: _____. *O pensamento e o movente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 103-122.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CAPONI, S. A saúde como abertura ao risco. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- CLOT, Y. Introdução. In: _____. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.
- GUATTARI, F. A transversalidade. In: GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PASSOS, E. Pensando a subjetividade com conceitos híbridos: a psicologia em interface com a filosofia e a biologia. In: KASTRUP, V. TEDESCO, S.; PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. IN: PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIA. *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 1, p. 71-79, jan./abr. 2000.
- RODRIGUES, H. B. C. Análise institucional francesa e transformação social: o tempo (e contratempo) das intervenções. In: RODRIGUES, H. B. C.; ALTOÉ (Org.). *Saúde e loucura 8: análise institucional*, 2004.
- RODRIGUES, H. B. C. Os anos de inverno da análise institucional francesa. *Rev. Dep. Psicol., UFF, Niterói*, v. 18, n. 2, dez. 2006.
- RODRIGUES, H. B. C. et al. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: SAIDON, O. et. al. *Análise institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2002.

Janaina Madeira Brito

Psicóloga, pesquisadora e consultora em processos clínico-institucional
E-mail: jhanybritto@gmail.com

Janaína Mariano César
Psicóloga, pesquisadora e consultora em processos clínico-institucional
E-mail: jhanainacesar@gmail.com

Lidiane Leite Vasconcelos
Psicóloga, pesquisadora e consultora em processos clínico-institucional
E-mail: lidianeleite@gmail.com

Sonia Pinto de Oliveira
Psicóloga, pesquisadora e consultora em processos clínico-institucional
E-mail: soniapdo@bol.com.br

¹ Na análise institucional socioanalítica de Lourau e Lapassade, a análise da encomenda é componente fundamental na experiência de intervenção, pois prima pela desnaturalização do endereçamento que é feito a alguém, em geral um especialista (PASSOS; BARROS, 2000), endereçamento de uma solicitação de intervenção, incluindo o modo como é formulada e o próprio “mandato social” que a acompanha. “Mandato social” e encomenda se fazem de modo inseparável, “o primeiro está ligado a situações efêmeras de “intervenção a pedido”; o segundo, a um ininterrupto, apesar de nem sempre audível, “pedido de intervenção” aos intelectuais, cuja especificidade instaura a divisão dos saberes em “especialidades” ou “disciplinas”” (RODRIGUES, 2006: 35, grifos da autora).

² O possível aqui trabalhado não consiste em possibilidade pré-existente à realidade, uma possibilidade porque será realizável. Não é de previsibilidade que estamos falando. Com a perspectiva bergsoniana, trabalhamos o possível na processualidade de uma experiência. O possível se aloja na temporalidade a todo instante, e se aloja ali e da forma como uma realidade (construída, imprevisível e nova) indica-o ter sido desde sempre possível. Assim, o possível implica a realidade, é efeito do que ela repele no tempo. O que chamamos, então, de possível é menos uma possibilidade que se dá anteriormente ao vivido e mais uma imagem que se faz com o real construído com nossas ações e pensamentos (BERGSON, 2006).

³ Para Bergson (2005: 63), o caráter inventivo é atividade motora da vida, que a faz criar formas novas. Esse é o movimento de evolução criadora em que se assenta na seguinte defesa: “As condições não são um molde no qual a vida virá se inserir e do qual receberá sua forma [...]. Ainda não há forma e é a vida que caberá criar para si mesma, uma forma apropriada às condições que lhes são impostas [...]. Adaptar-se não consistirá em repetir, mas em replicar, o que é inteiramente diferente”.

⁴ Utilizamos neste momento o dispositivo como homônimo de “analisador construído”. Trata-se da montagem e de usos dos *dispositivos grupais* como estratégias introduzidas pelos analistas, porém sempre construídas conjuntamente com os sujeitos nela envolvidos, perspectivando promover novas análises e movimentos de trabalho-vida.

⁵ Canguilhem (2002:159-160) nos traz a imagem da paciente que diante do médico que lhe diz “*Poupe-se!*”, “*Cuide-se!*”, lhe pergunta como fazê-lo, tendo em vista ter sua casa para cuidar, filhos para criar, etc. Ou seja, ser saudável não poderia ser nada fazer, ou evitar o viver. Assim o autor nos encaminha para sua tese “[...] a saúde é uma margem de tolerância às infidelidades do meio [...]”, definindo infidelidade como a própria história, o devir que produz um meio para se viver. “A vida não é, portanto, para o ser vivo, uma dedução monótona, um movimento retilíneo; ela ignora a rigidez geométrica, ela é debate ou explicação [...] com um meio em que há fugas, vazios, esquivamentos e resistências inesperadas”.